

'Não é preciso ajustar modelo de concessão de cemitério de SP'

João Manoel da Costa Neto

'Não é preciso ajustar modelo de concessão de cemitério de SP'

— Serviços funerários não tiveram aumento abusivo, diz diretor de agência reguladora



ISABELA LALONI

É um procedimento técnico para reutilizar essas áreas, construir novas gavetas e garantir dignidade às famílias. Nós esclarecemos o que foi apontado pelo TCM. É uma cena impactante da forma que foi mostrada, mas é um procedimento técnico. Um dos problemas dos grandes centros urbanos é a área para ocupação. Precisamos aproveitar o espaço e oferecer condições para as próximas gerações sepultarem os entes queridos.

As concessionárias foram autuadas 149 vezes. Não é um número elevado?

Não é um número alto, considerando que está dividido em 4 lotes e em diversos serviços, como zeladoria de cemitérios, atendimento em dois anos.

Por outro lado, foram apenas 22 multas decorrentes dessas autuações.

Criamos um grupo de trabalho para dar celeridade a essas multas. O Município não foi prejudicado. O importante foi ter feito o auto de infração no momento devido, o que caracteriza a prestação irregular.

Considerando que STF, TCU e Câmara se manifestaram, a Prefeitura cogita alteração na modelagem?

A modelagem da concessão foi feita previamente, olhando o serviço público e projetando melhorias num cenário de 20 anos. Temos de respeitar as regras de modelagem porque houve concorrência pública com outorgas milionárias para execução do serviço. Pode ser que, no decorrer da gestão, precisemos ajustar. Afinal, são contratos longevos. Hoje, até por ser recente, entendemos que não há necessidade de remodelação. A modelagem foi pensada em melhorias para o serviço público.

A Prefeitura pensa em ajustes no contrato?

O contrato é feito entre as partes e precisamos zelar pela segurança jurídica. O contrato foi analisado pelo Tribunal de Contas, com consultas públicas. Pretendemos respeitar contratos. É um princípio que o prefeito Ricardo Nunes nos coloca: respeitar contratos. Se houver mudança de cenário, consultada a outra parte e com parecer jurídico da Procuradoria do Município, poderia haver alguma mudança. ●

ENTREVISTA

Ex-secretário de Cultura do município de São Caetano do Sul (SP) e advogado, é hoje diretor-presidente da agência SP Regula

GONÇALO JUNIOR

A Prefeitura de São Paulo descarta propor alterações nos contratos com as concessionárias dos serviços funerários da cidade. A concessão tem sido alvo de reclamações dos usuários, desde relatos de preços abusivos para velórios e enterros e falta de transparência sobre gratuidade até os valores pela cobrança por manutenção. "Não há necessidade de ajustes na modelagem da concessão", diz João Manoel da Costa Neto, diretor-presidente da SP Regula, agência reguladora da Prefeitura de São Paulo responsável pela fiscalização das concessões, em entrevista exclusiva ao **Estadão**.

Essa discussão sobre serviços funerários chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Após pedido do PCdoB, o ministro Flávio Dino determinou que os cemitérios retomem os preços dos serviços praticados antes da concessão, iniciada em janeiro de 2023. As concessionárias e a Prefeitura dizem cobrar menos do que a decisão de Dino estabeleceu e ter documentos que comprovam a afirmação.

O STF determinou aos cemitérios retomada dos preços de antes da concessão. Houve aumento abusivo? Não. Já enviamos ao ministro Flávio Dino todos os elementos que comprovam que não houve esse aumento. Foram mantidos os preços da tabela de 2019. O ministro determinou que voltasse aos preços de 2019 e aplicasse até o teto do IPCA (inflação) do período. Hoje, vigoram os valores de 2019 mais o IPCA do primeiro ano de contrato, de janeiro de 2023 a janeiro de 2024. No período tivemos IPCA de 3,49%. Se aplicássemos o IPCA do início da concessão, de janeiro de 2023 a novembro de 2024, o percentual seria de 8,68%.

O Sindicato dos Servidores Municipais (Sindsep) divulgou uma tabela mostrando que o valor dos sepultamentos triplicou... Enviamos notificação extrajudicial e esperamos que possam responder sobre os comparativos errôneos. Eles começaram a comparar produtos distintos, banana com laranja. Nós tínhamos três resoluções com tabelas esparsas antes da concessão. Hoje, a tabela é única,

como anexo do contrato.

Como avalia esses quase dois anos de concessão?

Eram 13 agências funerárias públicas, algumas degradadas. Hoje são 42 com melhoria do padrão de acolhimento. Tivemos aumento dos veículos de transporte de corpos, passando de 20 para 82. As concessionárias zeraram o sepultamento em terra, chamado de "cova rasa". Mantivemos os cinco pacotes do serviço funerário no mesmo valor de 2019 e criamos um pacote inicial, chamado social, que é 25% mais barato que antes da concessão.

Existem reclamações sobre falta de transparência

"O contrato é feito entre as partes e precisamos zelar pela segurança jurídica. O contrato (da concessão de cemitérios na cidade de São Paulo) foi analisado pelo Tribunal de Contas (do Município), com consultas públicas. Pretendemos respeitar contratos. É um princípio que o prefeito Ricardo Nunes nos coloca: respeitar contratos"

nas gratuidades.

Como qualquer serviço público, existem pontos em que vamos utilizando o poder de polícia da Prefeitura para fazer as fiscalizações e entrar num ponto de correção. Assim como a política tarifária, determinamos que a gratuidade seja fixada nos locais de contratação. Ela consta nos sites e temos fiscalizado esses produtos.

Auditoria do TCM revelou ossadas expostas em dez cemitérios.

Antigamente, o serviço funerário trabalhava com um procedimento chamado refunda. As covas eram feitas na terra. Depois de três anos, os corpos eram exumados e eram feitas covas mais fundas, abrindo espaço para sepultamentos mais perto da superfície. Isso vigorou por sete ou oito décadas. As quadras gerais foram encerradas em 2023. Agora existe um procedimento técnico para abrir novamente as covas e criar as estruturas para construção das gavetas. Quando uma ossada é encontrada, o trabalho é paralisado, com o recolhimento das ossadas. Sobre a fiscalização, tivemos autorização para a contratação de 150 servidores no meio do ano. São 30 fiscais que já tomaram posse e vão atuar nos cemitérios e outros serviços.

Não tinha nada errado em relação às ossadas?

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrôpole Caderno: A Pagina: 16